

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

|   |                  |                                    |
|---|------------------|------------------------------------|
| ID da proposta  | Processo         | Atividade / Procedimento           |
| <b>PR/2026/1243</b>                                       | <b>1545/2026</b> | <b>Proposta à Câmara Municipal</b> |
| Unidade Administrativa                                    |                  |                                    |
| <b>DAAC - DIVISÃO DE AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS</b> |                  |                                    |
| Propósito   |                  |                                    |
| <b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>    |                  |                                    |
| Órgão/Cargo que resolve                                   |                  |                                    |
| <b>Câmara Municipal de Braga</b>                          |                  |                                    |

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta

Considerando que a promoção da sustentabilidade local constitui hoje uma prioridade essencial para o desenvolvimento equilibrado dos territórios e para a melhoria contínua da qualidade de vida das populações.

Considerando que as freguesias, enquanto estruturas de proximidade, desempenham um papel determinante na implementação de práticas ambientais responsáveis, na sensibilização da comunidade e na gestão sustentável dos recursos públicos.

Considerando que o galardão ECO-FREGUESIA representa uma oportunidade estratégica para reforçar estas dinâmicas, reconhecendo publicamente o compromisso ambiental das freguesias e



incentivando a adoção de políticas mais eficazes de preservação ambiental, gestão de resíduos, mobilidade sustentável, eficiência energética e valorização do espaço público. E considerando que a submissão da candidatura junto da ABAE carece de um pagamento, que corresponde à dimensão populacional e ao antecedente de submissão candidaturas.

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição de apoios às Freguesias e União de Freguesia, na seguinte proporção:

| Freguesia/União Freguesia                           | Valor |
|---|-------|
| U.F. MERELIM (SÃO PAIO), PANOIAS E PARADA DE TIBÃES | 450€  |
| U.F. MERELIM (SÃO PEDRO) E FROSSOS                  | 450€  |
| F. PALMEIRA   | 550€  |
| F. SÃO VICENTE - BRAGA                              | 585€  |
| F. SOBREPOSTA                                       | 350€  |
| U.F. DE FERREIROS E GONDIZALVES                     | 495€  |
| U.F. SÃO JOSÉ DE SÃO LÁZARO E SÃO JOÃO DO SOUTO     | 585€  |
| U.F. ARENTIM E CUNHA                                | 250€  |
| U.F. MAXIMINOS, SÉ E CIVIDADE                       | 650€  |

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade das Freguesias e União de Freguesia.

## DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

